



Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas, na Sub-sede da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no Setor de Autarquias Sul, quadra 5, bloco N, 10º andar, Brasília/DF, sede do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, reuniram-se as integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para tratar da seguinte pauta: 1) CNDM: informes gerais, mandato das conselheiras e comemoração dos 20 anos do CNDM; 2) Comitê de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres; 3) Secretaria de Políticas para as Mulheres: demandas recebidas e prioridades orçamentárias; 4) Comissão Tripartite para a Revisão da Legislação da Interrupção Voluntária da Gravidez. Estiveram presentes as seguintes conselheiras da Sociedade Civil: I) Schuma Schumacher/AMB; II) Justina Inês Cima/ANMTR; III) Nilza Iraci Silva/Art. De Mulheres Negras Brasileiras; IV) Gisela Zilsch/ABMCJ; V) Raquel Felau Guisoni/CNTE; VI) Lúcia Maria Aragão – representando Raimunda Celestina de Mascena/CONTAG; VII) Creuza Maria de Oliveira/FENATRAD; VIII) Suplente Iria Martins/BPW-BRASIL; IX) Dalva Maria Thomaz Rocha/MERCOSUL; X) Maria da Conceição Maia de Oliveira – Concita/MAMA; XI) Marilma Torres G. de Oliveira/OAB; XII) Ana Maria Silva Soares/Rede Nac. Feminista; XIII) Suplente Lia Zanotta Machado/Rede Nac. Feminista; XIV) Nalu Faria Silva/Marcha Mundial; XV) Neuza Barbosa Lima/Força Sindical; XVI) Eline Jonas/UBM; XVII) Albertina de Oliveira Costa/Gênero; XVIII) Clara Charf/Gênero. Representantes Governamentais: I) Ministra Nilcéa Freire/Presidenta do CNDM; II) Maria Laura Sales Pinheiro/Secretária Adjunta da SPM; III) Maria José de Oliveira Araújo/MS; IV) Lucia Helena Lodi/ME; V) Myriam Brea Honorato Souza/MJ; VI) Andréa Lorena Butto Zarzar/MDA; VII) Flávia Gomes Galiza/MC; VIII) Hildézia Alves Medeiros/MDS; IX) Regina Célia de Oliveira Bittencourt/MRE; X) Denise Antonia de Paulo Pacheco/SEPPPIR; XI) Ivana de Siqueira representando Isabel Maria Madeiro Loureiro Maior/SEDH. A reunião foi aberta pela presidente do CNDM, Ministra Nilcéa Freire, que após cumprimentar as conselheiras, manifestou sua satisfação em inaugurar o espaço com a primeira reunião do CNDM na sub-sede da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Enfatizou ser o novo espaço um espaço do CNDM e das conselheiras, desejando que seja utilizado pelas conselheiras também quando estiverem em Brasília, para que ele seja uma imagem viva do Conselho. Em seguida apresentou as justificativas de ausência das conselheiras Maria Ednalva de Lima, da CUT, em viagem de trabalho, Raimunda Damasceno por estar participando de evento da sua entidade, a CONTAG, Marcia Campos por estar no Rio de Janeiro acompanhando a delegação de mulheres da China, Eunice Lea, do Ministério do Trabalho por cumprir agenda interna de seu Ministério, informando que a conselheira Rosemarie Muraro não tem podido acompanhar presencialmente as reuniões do Conselho, embora o faça à distância. Em seguida a Presidente passou a palavra para a Diretora de Comunicação da SPM, Lourdinha Antonioli, que deu informe sobre a segunda edição do Seminário Mulher e Mídia, a realizar-se em São Paulo nos dias 18 e 19 de junho. Ainda no período de informes, a Ministra Nilcéa falou sobre sua participação na Assembléia

51 Geral da OEA – Organização dos Estados Americanos, como representante da CIM -
52 Comissão Interamericana de Mulheres. Destacou duas propostas encaminhadas pela
53 delegação brasileira: a inclusão de um parágrafo na declaração final, por solicitação da
54 CIM, sobre discriminação de gênero e raça, e uma resolução sobre a questão do racismo
55 nas Américas, de difícil negociação, mas aprovada por consenso. A Ministra acrescentou
56 que foi apresentado o relatório da CIM e o andamento da implementação do mecanismo de
57 acompanhamento da Convenção de Belém do Pará, que já conta com a indicação de 25
58 peritas dos 31 estados parte da Convenção, lembrando que a indicação da perita brasileira,
59 sra Leila Linhares, contou com a participação do CNDM, e que alguns governos tem
60 dificuldade de assimilar o fato de que as peritas sejam independentes do governo, posição
61 defendida pelo Brasil. Em seguida, a Ministra Nilcéa informou que foi incluído na pasta
62 entregue às conselheiras cópias do discurso feito pelo Presidente Lula na abertura do
63 Fórum de Combate à Corrupção, por entender que não poderia fazer a reunião sem abordar
64 o momento difícil e grave que o país atravessa, manifestando sua também plena confiança
65 no Presidente e nas instituições, que encontrarão o melhor caminho para que tudo seja
66 esclarecido. Esclareceu tratar-se de uma fala particular, de quem já viveu muitos
67 momentos difíceis para o país, tendo sempre a democracia como valor mais importante a
68 ser defendido. Após receber a solidariedade das conselheiras Myriam Brea, Raquel
69 Guisoni e Iria Martins, a Ministra Nilcéa passou a palavra para a Secretária do CNDM,
70 Susana Cabral, para outros informes. Sobre o término do mandato das conselheiras, a
71 Secretária esclareceu que, conforme orientação entregue por escrito a todas, sendo o
72 mandato das entidades da sociedade civil, estas devem dirigir-se à Secretaria do Conselho
73 através de ofício, comunicando a recondução da representante ou a justificativa do novo
74 nome acompanhada de currículo. Nesse ponto a conselheira Schuma Schumacher pediu a
75 palavra, e após cumprimentar a Ministra pela coragem em abordar e enfrentar questões
76 delicadas, como o momento político, solicitou esclarecimento sobre a composição do
77 CNDM e a possibilidade de sua alteração. A Ministra manifestou seu entendimento de que
78 o pleno do Conselho é soberano sobre sua própria composição, podendo deliberar sobre o
79 Regimento, podendo ser feito um novo Decreto que seja compatível com o Regimento
80 proposto, exemplificando que, se fosse deliberado que deve haver um rodízio periódico de
81 entidades, sendo o Regimento omissivo na matéria, o pleno pode propor a exclusão ou a
82 inclusão de uma nova entidade. Passou em seguida a palavra à conselheira Marilma
83 Torres, da OAB, para informe sobre a comissão do Regimento, da qual faz parte
84 juntamente com as conselheiras Myriam Brea, do Ministério da Justiça, e Raquel Guisoni,
85 da CNTE. A conselheira Marilma Torres entregou um relatório sobre o trabalho da
86 comissão, destacando que, para mudar o Regimento, há que se fazer um novo Decreto, que
87 permita um melhor funcionamento de acordo com as necessidades do Conselho. A
88 Ministra Nilcéa observou que, se há imprecisões no Decreto, deve-se torná-lo preciso,
89 sugerindo que as Conselheiras pensem sobre a questão dos mandatos, que se extinguem ao
90 mesmo tempo, fazendo com que o Conselho possa ser renovado na sua totalidade, o que
91 pode ocorrer em perda de memória e descontinuidade. Lembrou que, por ser do Governo a
92 presidência do Conselho, torna-se importante que o Conselho no seu corpo possa garantir
93 essa continuidade, sugerindo que a Comissão do Regimento continue seu trabalho,
94 recebendo contribuições de outras conselheiras. Passou em seguida a palavra à Secretária
95 Susana Cabral, para os informes sobre as comemorações dos 20 anos do CNDM, previstas
96 para setembro. Foi informado que está planejada uma mesa-redonda sobre o papel dos
97 conselhos em 1985 e hoje, trazendo a discussão sobre controle social, para as quais serão
98 convidados os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher, e também de
99 prestar homenagem às ex-presidentes e ex-conselheiras do CNDM, que nesses 20 anos
100 fizeram sua história. Em seguida a Secretária passou para o informe sobre a reunião de

101 Conselhos Participativos de Políticas Públicas, como parte da consulta à sociedade civil
102 que o Governo brasileiro está realizando junto com o Sistema ONU para a criação das
103 metas sociais brasileiras, colhendo subsídios para a adaptação das metas e indicadores dos
104 Objetivos do Milênio à realidade brasileira. Estes encontros, promovidos pelo Conselho de
105 Segurança Alimentar- CONSEA, pretendem aprofundar o tema do controle social, com a
106 proposta de uma oficina a ser realizada no segundo semestre. Ainda no período de
107 informes, a Conselheira Clara Charf anunciou estar completa a lista das 52 mulheres
108 brasileiras cujos nomes foram incorporados à lista dos 1000 nomes para o Projeto Mil
109 Mulheres para o Nobel da Paz, que serão anunciados em 29 de junho, e que está sendo
110 preparado um livro com a história dessas mulheres. A conselheira Regina Bittencourt, do
111 Ministério das Relações Exteriores, informou sobre a tese apresentada no Curso de Altos
112 Estudos – CAE sobre A Mulher na ONU, defendida pela Conselheira Marcela Nicodemos,
113 que realizou importante pesquisa sobre o tema. A Conselheira Hildézia Medeiros
114 apresentou proposta de que o CNDM encaminhe ao MRE moção de louvor à Conselheira
115 Marcela Nicodemos pela tese apresentada, o que foi aprovado por aclamação do plenário
116 do CNDM. Outros informes apresentados pelas conselheiras foram: da Conselheira Maria
117 José Araújo, do Ministério da Saúde, sobre o trabalho junto à Secretaria de Políticas para
118 Mulheres e ao IPEA no sentido de introduzir no relatório do Governo brasileiro em relação
119 às Metas do Milênio a Saúde da Mulher como uma das metas, e não somente a
120 mortalidade materna, o que foi pactuado; da Conselheira Denise Pacheco, da Secretaria
121 Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, sobre a realização da Conferência
122 Nacional de Promoção da Igualdade Racial em 30 de junho, aproveitando sua fala para
123 solidarizar-se com a Ministra em relação à sua fala inicial sobre o momento político; da
124 Conselheira Eline Jonas, da União Brasileira de Mulheres, a respeito da participação do
125 Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Goiás em reuniões junto aos Juizados
126 Especiais sobre a questão da violência doméstica, para garantir o atendimento às mulheres
127 e para que os processos não sejam arquivados. Em seguida a Ministra Nilcéa fez o informe
128 sobre os resultados dos Grupo de Trabalho formado para discutir a questão de gênero e
129 ciências, composto pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e o Ministério da Ciência
130 e Tecnologia, do qual também participam como entidades convidadas a UNESCO,
131 UNIFEM e a ANDIFES, Associação Nacional de Dirigentes da Entidades Federais de
132 Ensino Superior, que chegaram a três propostas, já apresentadas a um conjunto de
133 pesquisadoras representativas de redes e núcleos de pesquisa, do qual fizeram parte as
134 conselheiras Lia Zanotta e Albertina Costa. Os três produtos são a realização de um
135 Encontro nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa sobre relações de gênero, um
136 Concurso de Monografias para estudantes de graduação e pós-graduação e de redações
137 para os estudantes de ensino médio, e um Edital de Pesquisa para estimular a produção
138 acadêmica na temática de gênero. A Ministra acrescentou que estava presente à reunião
139 todo o sistema vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, CNPq, FINEP, CAPES e
140 o Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, que inclusive já lançou
141 um edital de pesquisa neste ano na área da saúde da mulher. Em seguida, a Ministra passou
142 a palavra para a Sub-Secretária de Planejamento da SPM, Ângela Fontes, para o ponto de
143 pauta relativo ao Comitê de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres.
144 Ângela Fontes informou que, a partir da instalação do Comitê de Articulação e
145 Monitoramento do Plano, em abril, já foram realizadas duas reuniões, sendo que a do mês
146 de maio foi uma oficina de trabalho para discutir um sistema de monitoramento para o
147 plano, que contou com a participação de algumas Conselheiras e foi considerada muito
148 proveitosa. Lembrou a todas que o Comitê conta com o apoio de uma Câmara Técnica,
149 composta por representantes do IPEA, do Ministério do Planejamento e da Casa Civil,
150 destacando que a intenção é ir a cada Ministério acordar, de fato, quais são as ações

151 prioritárias. Informou que a partir de uma planilha aonde vão sendo informados os
152 recursos aplicados, será construído um sistema via internet onde cada uma das
153 representantes no Comitê possa colocar os dados relativos a seu Ministério. Pretende-se
154 que na próxima reunião do Comitê já se terá a informação sobre as ações que os
155 Ministérios estão executando, suas prioridades e os recursos, ressaltando a participação
156 efetiva das representações, o que representa o interesse dos Ministérios em participar deste
157 trabalho. A palavra foi passada para a Conselheira Lia Zanotta, como representante do
158 CNDM no Comitê, que manifestou sua preocupação de que, embora reconhecendo o
159 avanço que significa o Plano e seu monitoramento e também reconhecendo que está sendo
160 feito um grande esforço por parte da SPM e de todo o Comitê para articular, monitorar e
161 colocar recursos, isto é aquém do que a sociedade civil quer, no sentido de que sejam
162 monitoradas todas as ações, e não somente as ações priorizadas. A Conselheira Schuma
163 Schumacher informou que sua entidade, a AMB, está em reunião discutindo a questão do
164 orçamento e do monitoramento do Plano. Observou que o sucesso do Plano depende não
165 só da SPM, mas dos outros Ministérios e sobretudo da sociedade civil, com o
166 acompanhamento e a pressão dos movimentos organizados. A Ministra Nilcéa destacou
167 que o trabalho e a disputa que a SPM faz no seio do Governo com outras esferas de
168 Governo tem que ser feito com transparência e naturalidade, para que se consiga fazer as
169 alianças necessárias para atingir nossos objetivos. Observou que não se deve confundir
170 monitoramento com controle social, uma vez que o monitoramento por parte do Governo
171 tem que fornecer instrumentos para que a sociedade civil faça o controle social, lembrando
172 que o monitoramento, por ter o viés do olhar de Governo, não dá conta do que a sociedade
173 civil faz. A Ministra destacou ainda que a Secretaria e o Conselho devem fazer com que o
174 instrumento que é o Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano saia de uma
175 circunstância de monitoramento do Plano para passar a ser um instrumento de gestão e
176 planejamento, mudando a lógica da gestão pública. Em seguida, a Ministra Nilcéa passou
177 ao ponto seguinte da pauta, a Agenda da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres,
178 observando que o planejamento da SPM a partir de 2005 passou a ser a execução do Plano
179 Nacional de Políticas para as Mulheres e suas ações. Assim sendo, as ações da SPM dentro
180 do Plano têm os três objetivos: assegurar a cidadania plena das mulheres, efetivar os
181 direitos das mulheres civis, sociais, econômicos e políticos e ampliar a autonomia
182 econômica das mulheres e garantir a igualdade de oportunidade no mundo do trabalho. A
183 Ministra apresentou eixos e ações em detalhes, conforme material disponível na página da
184 SPM na internet, bem como dos projetos encaminhados à SPM. Terminado este ponto, a
185 Ministra pediu licença às Conselheiras para se ausentar, por precisar despachar na SPM.
186 Antes de passar a palavra à Secretária-Adjunta da SPM, Maria Laura Sales Pinheiro, para
187 o ponto da Comissão Tripartite para a Revisão da Legislação da interrupção voluntária da
188 gravidez, a Ministra Nilcéa agradeceu a participação e a contribuição das Conselheiras que
189 estão representando as organizações da sociedade civil na Comissão, e parabenizou o
190 trabalho da Secretária-Adjunta Maria Laura na coordenação da referida Comissão. A
191 Secretária-Adjunta Maria Laura iniciou sua apresentação destacando a importância do
192 trabalho realizado pelas Conselheiras que integram a comissão, Lia Zanotta, Schuma
193 Schumacher, Maria Ednalva e Maria Elvira, e lembrando que, ao instalar e coordenar o
194 trabalho da Comissão Tripartite, o Governo assumiu a responsabilidade de encaminhar
195 uma resolução da Conferência de Políticas para mulheres relativa a um tema
196 historicamente colocado pela sociedade civil, pelos movimentos feministas e que até hoje
197 não havia sido organicamente assumido pelo poder público. Maria Laura lembrou ainda
198 que o caminhar desse processo de discussão vai estar nas mãos da sociedade civil,
199 cabendo ao Governo ter a maturidade necessária para ter uma conclusão desse processo, e
200 cabendo à sociedade civil ter a compreensão da realidade do Governo e seus limites,

201 cabendo portanto à ela a mobilização para a ampliação da discussão que garanta um
202 resultado final positivo, num momento posterior à conclusão do próprio trabalho da
203 Comissão Tripartite. A Secretária-Adjunta destacou também a presença maciça das
204 representações do Governo e da sociedade civil nas reuniões da Comissão, lembrando que
205 a parte do Legislativo contou com três indicações do Presidente da Câmara Severino
206 Cavalcanti, uma vez que não foram acatadas as indicações que haviam sido feitas pela
207 bancada feminina. Lembrou que o momento é de discussão sobre a estratégia a ser adotada
208 para o encaminhamento do resultado do trabalho, e que na Secretaria Especial de Políticas
209 para as Mulheres as discussões mostram que há consciência de que a responsabilidade é
210 grande e é feita uma análise de conjuntura permanentemente em relação a essa questão,
211 com a clareza de que o que se quer é que sejamos capazes de possibilitar esse legado desse
212 momento para a sociedade brasileira. A Conselheira Gisela Zilsch manifestou seu
213 posicionamento, já feito na reunião anterior do CNDM, no sentido de ser contrária à
214 legalização do aborto, não sendo um posicionamento religioso e sim filosófico, e que
215 também há um questionamento da parte jurídica com base na Constituição Federal.
216 Acrescentou que esta questão deveria ter sido colocada para a Comissão Tripartite não
217 como uma proposta de legalização do aborto, mas como uma proposta de estudo sobre a
218 questão da legalização, ouvidas todas as partes, com a participação de profissionais que
219 sejam a favor e contra, nas áreas jurídica, médica, biomédica, filosófica, etc. Lembrou que
220 a comissão deveria ter sido constituída para estudar a questão amplamente, e não com
221 posicionamento pré-estabelecido direcionado à legalização. Questionou também a
222 representação da sociedade civil na Comissão Tripartite, que deveria contar diversos
223 segmentos da sociedade, o que daria mais força a uma conclusão pela legalização.
224 Acrescentou ainda que a questão da legalização tem que ser vista não somente como um
225 problema de saúde pública, mas também ser ligado à cidadania, democracia,
226 respeitabilidade da Constituição, do ordenamento jurídico e, sobretudo, respeito à mulher,
227 não só garantindo os direitos do nascituro, mas garantidos os direitos de pleno exercício de
228 cidadania da mulher. As Conselheiras Lia Zanotta, Andrea Zarzar, Maria José de Araújo,
229 Ana Maria Soares manifestaram-se a respeito do trabalho da Comissão Tripartite, sendo
230 que a conselheira Schuma Schumacher reforçou e resumiu as falas anteriores, ao esclarecer
231 os objetivos do trabalho da Comissão, destacando que todas as que defendem os direitos
232 das mulheres têm que avançar no sentido de conseguir levar o debate para a sociedade
233 como um todo, envolvendo os mais diversos segmentos e setores, traduzindo para a
234 sociedade qual é o posicionamento pela defesa incondicional da autonomia, do respeito à
235 cidadã mulher e à sua capacidade de dizer sim, e também de dizer não, essa é a luta por
236 este direito, posicionamento de respeito à capacidade de decisão das mulheres. Devido ao
237 adiantado da hora, a Secretária-Adjunta Maria Laura propôs que a aprovação da ata da
238 reunião anterior ficasse para a próxima reunião, e submetendo à aprovação das
239 conselheiras a proposta da Conselheira Schuma, de que o CNDM encaminhe uma moção
240 cumprimentando o Ministro Humberto Costa pela política de direitos sexuais e
241 reprodutivos, o que foi aprovado. Maria Laura informou ainda sobre o Projeto de Lei que
242 está tramitando no Congresso Nacional, da Deputada Laura Carneiro, declarando
243 patronesse do feminismo nacional a escritora Rose Marie Muraro, o que foi apoiado e
244 aplaudido por todas as conselheiras. Para finalizar, a Secretária-Adjunta Maria Laura pediu
245 licença das conselheiras para ler um parágrafo do texto da doutora Maria José Rosado, da
246 organização “Católicas pelo Direito de Decidir”: “Para pensarmos as mulheres como seres
247 éticos capazes de decisão moral e cidadãs de pleno direito temos que restituir ao processo
248 reprodutivo seu caráter totalmente humano, isto é, retirando-o do âmbito exclusivamente
249 biológico. Diferentemente dos animais os seres humanos podem controlar a sua
250 capacidade reprodutiva e só ter filhas e filhos desejados e amados. Mulheres e homens têm

251 a capacidade de escolher quando querem ter filhas e filhos, quantos, quantos desejam ter,
252 ou se não querem tê-las, e com quem desejam criá-las, é por isso que uma gravidez não
253 planejada, inesperada, ou indesejada pode ou não tornar-se objeto de uma acolhida.
254 Afirmar reprodução humana como escolha, como resultado de decisão tão livre quanto
255 possível, colocando ao mesmo tempo no campo dos direitos reprodutivos nos permite
256 cruzar o campo político da cidadania com o campo da ética e da moral". Maria Laura
257 agradeceu a presença de todas, e deu por encerrada a reunião.
258